

**Ata da 79ª Reunião Ordinária da
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC realizada 04 de abril de
2014, às 14:00 horas, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Sala dos
Conselhos, 2º andar, Brasília. DF**

Membros Participantes

1. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
3. Everton Frask Lucero – Ministério das Relações Exteriores
4. Fernando Araldi – Ministério das Cidades
5. Fernando Gabriel Vieira – Ministério dos Transportes
6. Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da CIMGC
7. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente

Outros participantes

1. Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2. Flavia Frangetto – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3. Hugo César Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
5. Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
6. Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7. Vitor Ferraz - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8. Valdir Borges Souza Junior – Ministério de Minas e Energia

1. Abertura da Reunião

O Secretário Executivo da Comissão iniciou a 79ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h24min, colocando um pedido de inversão de pauta trazido pelo representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para que, após o item 1, fossem tratados os itens 5 e 6. Colocado o pedido em votação, a plenária aceitou, então, a inversão de pauta para a ordem 1, 5, 6, 2, 3, 4, 7.

2. Aprovação da Ata da 78ª reunião ordinária da CIMGC

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário Executivo passou à aprovação da ata objeto de aprovação. O Ministro Everton requereu a substituição da palavra “provável” pelo termo “possível” no trecho “(...) apontou a edição de resoluções mais frequentes como outra possível implicação, caso houvesse necessidade de alterar o manual por resolução”. O Secretário Executivo colocou a ata em

votação, conforme versão que contemplasse o pedido. Nestes novos termos, a ata foi aprovada e em seguida o Secretário Executivo passou ao próximo ponto de pauta.

3. Encaminhamentos sobre a proposta de consolidação das resoluções da CIMGC, com base no produto apresentado pela consultora Flavia Frangetto.

O Secretário Executivo fez referência ao trabalho da consultora Flavia Frangetto, aludindo ao fato de seu produto ter oferecido a proposta de uma Resolução integradora, simplificada e palatável, que remetesse a um manual, por sua vez, mais robusto. Lembrou que, conforme programado na 78ª Reunião Ordinária da CIMGC, o assunto foi trazido com a intenção de consultar a CIMGC sobre seu interesse em prosseguir no caminho sugerido pela consultora. Abriu a palavra para ouvir entendimentos sobre a conveniência de um encaminhamento de minuta de resolução simplificada. A representante do MMA manifestou-se favorável ao empreendimento de esforços nessa linha. O representante do MRE disse não haver nada a obstaculizar a elaboração de uma minuta, deixando como registro a ressalva quanto à referência a novos mecanismos e mecanismos correlatos ao MDL, afirmando que a nova Resolução não deveria abrir essa possibilidade e nem mencionar o termo “novos mecanismos”. O Secretário Executivo assinalou que a intenção da Secretaria Executiva era possibilitar que novas decisões ou novas agendas pudessem vir a ser recepcionadas caso suscitassem eventuais alterações do sistema do MDL. Asseverou que a minuta deverá refletir a intenção e a definição da CIMGC. O representante do Ministério das Cidades (MCidades) requereu que fosse levada em consideração a discussão já ocorrida em reunião anterior. Declarou que seria positivo e importante haver uma resolução simplificadora, manifestando-se favorável. A representante do Ministério da Fazenda (MF) se colocou favorável, afirmando ser bastante salutar recorrer a uma única resolução. O representante do Ministério de Minas e Energia (MME) solicitou esclarecimentos quanto à vantagem de haver uma resolução atrelada a um manual em relação a resoluções encadeadas e sobrepostas umas a outras. Argumentou que para superar sobreposições bastaria uma limpeza das resoluções em vigor. O Secretário Executivo observou que o Manual possibilitaria melhor compreensão do processo, na medida em que fosse elaborado com linguagem mais acessível e diagramação ilustrativa. Passou a palavra para a consultora que explicou as razões que a levaram a sugerir uma resolução sistematizadora atrelada a um manual e formulários, mencionando a vantagem da objetividade da resolução principal que consolidasse o já disposto nas resoluções em vigor, evitando repetições e contradições; bem como a vantagem do manual que contivesse orientações, formulários e conteúdos passíveis de constantes atualizações. Propôs que quando fossem discutidos os termos da minuta a CIMGC voltasse a discutir as vantagens e a analisar que assuntos mereceriam entrar em resolução acessória própria e que assuntos poderiam estar inseridos na resolução principal sistematizadora. O representante do MME manifestou-se então favorável à elaboração de minuta. O Secretário Executivo passou, então, o item seguinte da pauta.

4. Informes da Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva informou que três processos seletivos foram concluídos, tendo sido contratados: o Sr. Felipe Barbirato, que já trabalhou na UNFCCC, para elaborar documentos

técnicos a partir da análise de projetos de MDL, bem como elaborar subsídios necessários para a consolidação de conhecimento técnico na CIMGC e em sua Secretaria Executiva; o Sr. Henrique Pereira, para realizar o estudo sobre a contribuição do MDL ao desenvolvimento sustentável do Brasil durante o primeiro período de cumprimento dos compromissos do Protocolo de Quioto; e o Sr. Ricardo Esparta, que se mostrou bastante competente na área, para desenvolver estudos analíticos e propositivos sobre os Fatores de Emissão de CO₂ pela geração de energia elétrica no SIN. Informou que reunião entre o GT Fator de Emissão e o consultor seria agendada para a próxima semana objetivando um alinhamento sobre a matéria a ser tratada. Trouxe a informação de que o processo seletivo para contratação de consultor que deverá elaborar subsídios sobre a adoção de linhas de base padronizadas ainda estava em andamento. Comentou sobre a previsão de lançamento de processo seletivo para contratação de consultor que deverá elaborar estudo sobre Captura e Armazenamento de Carbono no âmbito do MDL, tendo em vista consulta prévia da UNFCCC à AND brasileira sobre o assunto. O Secretário Executivo abriu à palavra aos membros da CIMGC, reforçando que todos os estudos contratados visavam à geração de subsídios à CIMGC para uma possível tomada de decisão. O representante do MRE reforçou que o estudo servisse para formar um leque de elementos para decisão, no momento oportuno, de forma transparente e equilibrada, e sem uma predefinição de posicionamento. O Secretário Executivo levantou alguns riscos relacionados à adoção de linha de base padronizada, explicando que a consultoria viria para trazer subsídios para um posicionamento adequado. O representante do MME indagou acerca de contratação de consultoria para Captura e Armazenamento de Carbono. O Secretário Executivo teceu considerações; esclareceu que as contratações se dariam no âmbito de projeto de cooperação internacional cujo término estaria previsto para dezembro de 2014, quando os contratos seriam finalizados; afirmou que o estudo sobre MDL contemplaria questões como precisão de quanto o MDL contribuiu para reduzir emissões, para gerar energia limpa, entre outros. O Secretário Executivo passou, então, ao próximo ponto de pauta, apreciação dos projetos, convidando a representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Sonia Regina Bittencourt, para expor os detalhes das avaliações dos projetos.

5. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC:

5.1. 440/2013 – Projeto do Aterro Sanitário Canhanduba (Of. 828/2013 de 10/12/2013, com resposta em 29/01/2014)

Os representantes presentes foram unânimes em entender que as solicitações foram satisfatoriamente atendidas. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Aterro Sanitário Canhanduba”, colocada em revisão pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima em sua reunião ordinária de 10 de dezembro de 2013, fosse **aprovada**.

5.2. 452/2013 – Projeto de MDL Usinas Eólicas Eurus II e Renascença V - (Of. 835/2013 de 11/12/2013, com resposta em 11/02/2014)

Após discutir o fato do envio das cartas-convite ter ocorrido posteriormente ao início do processo de validação e isso implicar a necessidade de reunião pública presencial, bem como estarem pendentes necessidades de correções antes solicitadas, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Usinas Eólicas Eurus II e Renascença V” fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

- 1.1. Considerando que o comprovante de recebimento (AR) referente à carta-convite endereçada ao órgão ambiental Estadual (IDEMA) apresenta data de recebimento (09 de agosto de 2013) posterior ao início do processo de validação (25/02/2012). Considerando, ainda, não terem sido enviadas cartas-convite aos órgãos ambientais municipais e associações comunitárias cujas finalidades guardem relação direta ou indireta com a atividade de projeto, conforme determina o art. 3º da Resolução nº 7 da CIMGC, o proponente deverá realizar reunião pública presencial de acordo com as determinações especificadas nos parágrafos 1º a 6ª e respectivos incisos, do art. 1º da Resolução nº 10 da CIMGC, disponibilizada em:
http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Interministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Desenvolvimento_Limpo.html
- 1.2. Em relação ao PDD/DCP:
 - 1.2.1. O título da atividade de projeto deve ser traduzido para o Português no DCP;
 - 1.2.2. A versão da Ferramenta para Calcular o Fator de Emissão para um Sistema Elétrico informada no PDD e no DCP ora é apresentada como sendo a atual (versão 04.0), ora como versão 02.2.1 (vencida desde maio de 2012);
 - 1.2.3. A tradução da página 35 apresentada no DCP não corresponde ao texto da versão em inglês; e
 - 1.2.4. A tradução do PDD apresentada no DCP deve ser completamente revisada, pois o texto em português nem sempre corresponde ao apresentado na versão em inglês e muitas frases estão incompreensíveis.
- 1.3. Revisar completamente a tradução dos termos técnicos no DCP e no Relatório de Validação.
- 1.4. Utilizar ponto (.) na separação de milhares e vírgula (,) na separação de decimais no DCP e no Relatório de Validação.
- 1.5. A versão em inglês do Relatório de Validação, contendo as correções solicitadas, não foi enviada à CIMGC junto aos demais documentos. Assim sendo, a análise desse documento não pode ser realizada.
- 1.6. A tradução apresentada do Relatório de Validação deve ser completamente revisada, pois o texto em português, em sua maior parte, não corresponde ao apresentado na versão em inglês e muitas frases estão incompreensíveis. O proponente deve considerar que no Brasil,

o documento que tem validade legal é a versão em português, e, portanto, esta é a versão a ser analisada pela CIMGC. Sendo assim, requer-se especial atenção para que a tradução seja fiel à versão em inglês e que seja utilizada a nomenclatura oficial para as instituições a para termos usados no âmbito do protocolo de Quioto

1.7. Embora tenham sido feitas modificações no PDD/DCP/Relatório de Validação e na data da versão desses documentos, as versões dos mesmos não foram alteradas, conforme descrito a seguir:

1.7.1. DCP/PDD anterior (versão 6, de 11/04/2013); atual (versão 6, de 01/10/2013).

1.7.2. VR/RV anterior (revisão 01, de 22/04/2013); atual (Relatório de Validação em português Revisão 01, de 01/10/2013).

1.8. As datas dos documentos (PDD/DCP e Relatório de Validação), acima mencionadas, são anteriores à data do Ofício nº 835/ MDL/2013/CIMGC (11/12/2013) por meio do qual foram solicitadas as correções analisadas neste parecer.

5.3. 456/2013 - Projeto Energio de usinas de energia eólica - (Of. 002/2014 de 06/02/2014, com resposta em 10/03/2014)

A CIMGC ponderou que havia problema na identificação do relatório de validação e deliberou por consenso que a atividade de projeto “Energio de usinas de energia eólica” fosse **aprovada com ressalvas**, para atender à seguinte exigência:

- A revisão do *Validation Report* ora é indicada como sendo 1.4Aa (capa e nota de rodapé de todas as páginas), ora como sendo 1.4 (página 2). Solicita-se a padronização da mesma em todo o documento, inclusive na versão em português. Deve-se atentar para o fato de que a carta de aprovação do governo brasileiro indica as versões e as datas do *Validation Report* e do PDD aos quais se refere.

5.4. 450/2013 - PCH Bugres CEEE - (Of. 003/2014 de 06/02/2014, com resposta em 20/03/2014)

O representante do MCTI afirmou que as exigências referentes à sua pasta foram satisfatoriamente atendidas, entretanto o representante do MMA apresentou problema relacionado à licença ambiental referente a localização do empreendimento e validade da licença. Assim, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “PCH Bugres CEEE”, colocada em revisão, pela CIMGC, em sua 78ª reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2014, fosse aprovada com ressalvas, para atender à seguinte exigência:

- apresentar as licenças ambientais do projeto com as coordenadas geográficas corrigidas ou declaração do órgão ambiental manifestando-se sobre o assunto.

5.5. 448/2013 - Projeto da Hidrelétrica de Inxú- (Of. 004/2014 de 06/02/2014, com resposta em 21/03/2014).

A Comissão discutiu a alegação elaborada pelos proponentes para justificarem a ausência de carta-convite encaminhada ao Ministério Público, uma vez que este último já havia se manifestado como não sendo órgão de consultoria e que, por força de dispositivo constitucional, não poderia analisar o projeto. O Secretário Executivo posicionou-se favorável à justificativa, porém afirmou que era necessário o proponente apresentar o ofício-resposta do Ministério Público. Propôs que seria importante contatar algum representante do Ministério Público para estabelecer canal de comunicação a fim de esclarecer àquele órgão a finalidade da consulta exigida pela CIMGC, o propósito dos projetos de MDL e a oportunidade dada ao Ministério Público de informar dúvidas levantadas em atividades que pretendessem ser de MDL. A consulta seria fundamentada na competência da Autoridade Nacional Designada de atestar que as atividades sejam proporcionadoras de desenvolvimento sustentável. Os integrantes da CIMGC presentes concordaram com a proposta. Sendo necessária a apresentação do ofício-resposta do Ministério Público, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Hidrelétrica de Inxú”, colocada em revisão, pela CIMGC, em sua 78ª reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2014, atendeu parcialmente as solicitações de esclarecimentos/correções, sendo, portanto, aprovada com ressalvas, para atender às seguintes exigências:

1. Encaminhar cópia do ofício do Ministério Público mencionando que, a Procuradoria-Geral da República não pode prestar consultoria a entidades públicas ou privadas, ficando o Órgão, portanto, impossibilitado de proceder as análises requeridas.
2. É necessário descrever no DCP/PDD que a AND exigiu nova reunião presencial com todos os atores envolvidos, interessados, e/ou afetados pela atividade de projeto. Descrever os atores envolvidos, interessados, e/ou afetados pela atividade de projeto cujas cartas convites foram enviadas e mencionar que nenhum ator compareceu na data da reunião presencial e devido a isto a mesma não ocorreu. Como haverá modificações no PDD/DCP será necessária a alteração da versão do *Validation Report* e Relatório de Validação. Encaminhar os novos documentos.

6. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão em 05 de fevereiro de 2014

6.1. 459/2013 - Pequena Central Hidrelétrica Rondinha - Recebido em 23/12/2013

A Comissão discutiu haver necessidade do proponente refazer os itens “a”, “c”, “d” e “e” do Anexo III. A representante do MMA mencionou uma discrepância: o Documento de Concepção do Projeto afirma a inexistência de licença, enquanto a atividade possui tal licença. Houve discussão sobre a possibilidade da ausência de elementos relativos ao Anexo III levar à aprovação com ressalvas, entretanto todos concluíram ser caso de revisão. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto denominada “Pequena Central Hidrelétrica Rondinha”, fosse **colocada em revisão** para proceder as seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- 1.1. Uma vez que a versão 13.0.0 da metodologia ACM0002, bem como, a versão 3.0.0 da ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico são válidas para solicitação de registro até 31 de maio de 2014 e 04 de junho de 2014, respectivamente, deve-se considerar se haverá tempo hábil para obtenção da carta de aprovação e solicitação de registro do projeto junto à CQNUMC e a necessidade de atualização das referidas versões.
- 1.2. A data da versão 7 do DCP (09/09/2013) difere da informação contida no PDD, no *Validation Report* e no Relatório de Validação (1/10/2013). Solicita-se apresentar versão correta.
- 1.3. A tradução do PDD deve ser totalmente revisada, pois o texto apresentado contém trechos incompreensíveis; não respeita concordância verbal; e usa vírgula ao invés de ponto na separação de milhares e ponto ao invés de vírgula na separação de dezenas.
- 1.4. A tradução do *Validation Report* deve ser totalmente revisada, pois o texto apresentado contém trechos incompreensíveis; não respeita concordância verbal; não contém todas as informações apresentadas no *Validation Report* e usa vírgula ao invés de ponto na separação de milhares e ponto ao invés de vírgula na separação de dezenas.
- 1.5. As contribuições para o desenvolvimento sustentável apresentadas no Anexo III precisam ser revisadas. Revisar o Anexo III respeitando as seguintes orientações:
 - 1.5.1. O item a “Contribuição para a sustentabilidade ambiental local” deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais, tais como: resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros, propiciada pelo projeto, em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência.
 - 1.5.2. O item c “Contribuição para a distribuição de renda” deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência.
 - 1.5.3. No item d “Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico” deve ser avaliado o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve-se avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.
 - 1.5.4. No item e “Contribuição para integração regional e articulação com outros setores” devem ser apresentadas as contribuições para integração regional e articulação com outros setores a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação.

- 1.6. Enviar à CIMGC os documentos que comprovam a legitimidade do Sr. Marcel Leite Marder e do Sr. Augusto José de Seixas para representar legalmente a Empresa Rondinha Energética Ltda.
- 1.7. Alterar as informações relativas ao licenciamento ambiental no DCP e no Relatório de Validação, indicando a Licença de Operação nº 10246/2013, emitida em 02 de dezembro de 2013 pela FATMA, com validade de 48 meses a contar da data de emissão, cuja cópia foi encaminhada com a documentação do projeto.

6.2. 460/2014 – Projeto PCH Marco Baldo de redução de emissão de gases de efeito estufa (denominado PCH Marco Baldo) – Recebido em 15/01/2014

A Comissão discutiu ter havido problemas relativos à demonstração de adicionalidade da atividade, uma vez que a tabela apresentada era ilegível, e ao atendimento satisfatório dos requisitos do Anexo III. O representante do MME voltou a levantar que correções e complementações pontuais, relativas ao Anexo III, deveriam acarretar aprovação com ressalva para não trazerem prejuízos ao proponente do projeto, sem que isso significasse relaxamento na apreciação. A Secretaria Executiva ponderou que a proposta implicaria na reanálise da contribuição da atividade ao desenvolvimento sustentável e que, pela sua importância, deveria ser feita por toda a CIMGC. O representante do MME argumentou que a apreciação da Secretaria Executiva poderia ser reportada à CIMGC por meio eletrônico, promovendo a participação dos demais membros da Comissão. Não considerou as necessidades de observância ao Anexo III dessa atividade de projeto serem problemas de conteúdo, mas sim questões pontuais. Todos concordaram que o fator de desenvolvimento sustentável deveria ser melhor trabalhado, sendo que o representante do Ministério das Cidades comentou o quanto estava baixa a qualidade dos projetos em geral. Manifestou entendimento segundo o qual a CIMGC deveria ser rigorosa. O Secretário Executivo voltou ao enquadramento da carência de observância ao Anexo III ponderando ser motivo para levar o projeto à revisão, inclusive por envolver questões pontuais e não simplesmente de forma. A representante do MMA alegou que o Anexo III é tão importante que precisava ser robusto e que, por isso, concordava que devesse ser levado à revisão. Todos acabaram por concordar. A Comissão, assim, deliberou que a atividade de projeto denominada “PCH Marco Baldo”, fosse **colocada em revisão** para proceder às seguintes correções e/ou esclarecimentos:

1.1. Em relação ao DCP/PDD:

- 1.1.1. revisar a versão em português que apresenta muitos erros gramaticais;
- 1.1.2. revisar o valor informado para o fator de indisponibilidade forçada constante da página 5, uma vez que ele difere nas versões em inglês e português;
- 1.1.3. revisar a data da primeira consulta ao BNDES informada no item *B.5. Demonstração da adicionalidade*;
- 1.1.4. apresentar de forma legível a tabela que descreve os dados utilizados para o cálculo do custo de capital (pág. 18);

- 1.1.5. revisar os valores de N_{diff} e N_{all} utilizados nos cálculos do fator F (pag. 26), uma vez que eles diferem daqueles constantes nas análises anteriormente apresentadas no documento;
- 1.1.6. revisar a pontuação utilizada para separação de casas decimais ou de milhares de algarismos utilizados nos cálculos das emissões de linha de base e nos cálculos *ex- ante* das reduções de emissões na versão em português do documento;
- 1.1.7. traduzir para a versão em português o quarto parágrafo da página 40 do documento em inglês; e
- 1.1.8. corrigir a informação de que o projeto não tem Licença de Operação emitida, uma vez que a cópia da referida licença encontra-se anexada à documentação entregue.
- 1.2. Em relação às cartas-convite, encaminhar cópia da carta-convite enviada à Associação Comercial Industrial de Campo Novo/RS.
- 1.3. Revisar as contribuições para o desenvolvimento sustentável apresentadas no Anexo III levando-se em consideração as orientações disponíveis em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/320869.html>, assim como as orientações descritas no Manual para Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL, segundo o qual:

É importante dar ênfase às contribuições que podem ser, de fato, atribuídas à implementação da atividade de projeto, separando de forma clara dos outros possíveis benefícios advindos de outras atividades das empresas proponentes do projeto. Vale a pena observar que as reduções de emissões de gases de efeito estufa não se configuram como contribuição à sustentabilidade ambiental local, mas global.

...A contribuição da atividade de projeto para o desenvolvimento sustentável será analisada a partir do conjunto das informações fornecidas no Anexo III, não sendo obrigatória a contribuição para todos os cinco parâmetros [acima] indicados, pois isso variará conforme o escopo de cada atividade de projeto proposta no âmbito do MDL.

Ainda em relação ao Anexo III apresentado, deve-se esclarecer ou retirar especificamente os seguintes trechos:

- 1.3.1. no item (a), esclarecer como *a inundação adicional de dezenas de hectares da fauna local, incluindo árvores e florestas que teriam a sua decomposição embaixo d'água, resultando na emissão de gases poluentes para a atmosfera* gera baixo impacto ambiental, além de esclarecer como serão minimizados ou mitigados os impactos ambientais negativos causados pela construção e operação da PCH tanto à montante quanto à jusante do rio;
- 1.3.2. no item (c), esclarecer a relação entre construção e operação da PCH, distribuição de renda e melhora do saneamento básico; e

- 1.3.3. no item (d), esclarecer como a PCH contribuirá para o fornecimento de energia a comunidades que não eram abrangidas pelo sistema elétrico, uma vez que a energia gerada será despachada para a rede nacional.

6.3. 461/2014 – Atividade de Projeto MDL Pequena Central Hidrelétrica Segredo - Recebido em 20/01/2014

A Comissão discutiu sobre a necessidade do proponente esclarecer questão de pendência judicial, dado que o Secretário Executivo trouxe a informação de que, em se tratando de projeto de PCH em rio cujo uso em outro projeto foi questionado pelo Ministério Público, seria conveniente que houvesse esclarecimento sobre eventual pendência judicial. A consultora Flavia Frangetto sugeriu que na revisão das resoluções da CIMGC fosse incluída previsão semelhante à obrigação da EOD, para com o Secretariado, de informar sobre pendências judiciais, no sentido do proponente de projeto informar à AND de qualquer processo judicial. Todos concordaram e o Secretário Executivo sugeriu que a desobediência implicasse cassação da carta de aprovação. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto denominada “Pequena Central Hidrelétrica Segredo”, fosse **colocada em revisão** para proceder as seguintes correções e/ou esclarecimentos:

1.1. Em relação ao Documento de Concepção do Projeto:

- 1.1.1 Na página 09 do DCP (versão em português) o nome da metodologia está errado, uma vez que o nome da nova versão foi alterado para "Grid-connected electricity generation from renewable sources", ou seja, "Geração de eletricidade conectada à rede a partir de fontes renováveis".
- 1.1.2 Na Etapa 1 da demonstração de adicionalidade, página 16 do DCP e 15 do PDD, sub-etapa 1a (definição de alternativas para a atividade de projeto), explicar a não escolha da alternativa referente a cenários alternativos realísticos e confiáveis para o cenário da atividade de projeto de MDL que oferece serviços ou produtos com qualidade comparável, propriedades e áreas de aplicação.
- 1.1.3 Na etapa 2 da demonstração de adicionalidade (Análise financeira), para o benchmark foi considerada uma média de 5 anos inteiros, porém os dados considerados foram no período de janeiro 2005 a dezembro 2010, o que equivale a 6 anos, o que compromete toda a análise financeira. Sendo assim, torna-se necessária outra análise.
- 1.1.4 Na página 22 é citado o documento “Anexo: Diretrizes para Avaliação da Análise Financeira, versão 2.”. Apresentar o Anexo.
- 1.1.5 No DCP e PDD, alguns links para páginas na internet não estão acessíveis, como os da página 21, 27, 30 e 31 do DCP. Tais páginas da internet contêm dados necessários para a avaliação do DCP e PDD, por isso, é imprescindível a correção destas.
- 1.1.6 A TIR não foi disponibilizada para avaliação. De acordo com a Decisão 3/CMP.1 “Modalidades e Procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo”, Anexo C, parágrafo 6, afirma-se que informações utilizadas para determinar a

adicionalidade não podem ser consideradas proprietárias ou confidenciais. Assim, os proponentes devem disponibilizar publicamente uma versão não-confidencial dos cálculos da TIR da PCH em questão.

- 1.1.7 Na página 42 do DCP, a fórmula para as reduções de emissão está errada, faltando o item PEy.
- 1.1.8 O sumário da estimativa ex ante das reduções de emissão está errado (B.6.4, pág. 45 do DCP e pág. 42 do PDD). Os cálculos mostrados na tabela não conferem, além dos dados não estarem no local certo da tabela.
- 1.1.9 No item B.7.1 referente aos dados e parâmetros a serem monitorados, o parâmetro EFgrid,OM-DD,y não está contemplado. Além disso, a frequência de monitoramento do parâmetro EGfacility,y deve ter medidas contínuas ou pelo menos mensal e não somente mensal, como está no DCP e PDD.
- 1.1.10 Todo o item C.2 deve ser todo corrigido, pois não apresenta o período de obtenção do crédito, a data de início do período de obtenção e da duração do período.
- 1.1.11 O item D.2 que trata das licenças ambientais não lista a Licença de Operação, a qual foi apresentada para esta AND pelos documentos enviados. Assim, faz-se necessário corrigir o DCP e PDD com as informações do documento em questão.
- 1.1.12 Corrigir a menção a outro projeto de MDL (PCH Bugres CEEE) no item D.2, antes da Tabela 21.
- 1.2. Em relação ao Relatório de Validação:
 - 1.2.1 O Relatório de Validação possui a numeração de revisão 0 (zero). Corrigir numeração.
 - 1.2.2 Não há nenhuma declaração de recebimento da licença de operação pela EOD. Comprovar o recebimento.
 - 1.2.3 Apenas a versão em inglês do Relatório de Validação está assinada.
- 1.3. Em relação ao Anexo III
 - 1.3.1 Detalhar ainda mais os reais impactos da PCH Segredo, não de forma isolada, mas de maneira conjunta com os outros empreendimentos que fazem parte do Complexo Juruena, levando em consideração a formação de vários reservatórios e barramentos ao longo do rio, seus impactos positivos e negativos principalmente ao ecossistema aquático, e ações mitigadoras.
 - 1.3.2 Detalhar quantos trabalhadores serão necessários para cada etapa de implantação, operação e manutenção da PCH, a fim de demonstrar realmente se tal atividade contribuirá para a distribuição de renda de maneira contínua, requisito básico para o desenvolvimento sustentável, ou se será apenas de maneira pontual e temporária.
- 1.4 Em relação às cartas convite:

- 1.4.1 Apresentar ARs assinadas das cartas enviadas para as seguintes partes interessadas: ACISA de Sapezal, MPF e Associação Comercial e Industrial de Campos de Júlio. Caso não seja possível apresentar a documentação citada, haverá a necessidade de realização de reunião pública presencial com todos os atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto ou programas de atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme a Resolução CIMGC nº 10 de 22 de maio de 2013. Deve-se ressaltar que comunidades ribeirinhas, indígenas e comitês de bacia presentes ao longo do rio estão incluídos no grupo de atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto ou programas de atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
- 1.5 Em relação à situação ambiental:
 - 1.5.1 Esclarecer o andamento da análise de pendências verificadas na página eletrônica da SEMA-MT referente ao processo de licenciamento ambiental, através de apresentação de documento informativo do órgão ambiental. Adicionalmente, solicita-se documentação recente e válida do órgão ambiental comprovando ausência de quaisquer pendências.
 - 1.5.2 Informar se há pendências ou não de processos judiciais os quais têm como assunto a atividade de projeto ou o Complexo de PCH's no qual está instalada.
- 1.6 Encaminhar o contrato social da Segredo Energia S.A. para demonstração de como ela é representada.
- 1.7 Encaminhar declaração da EOD atualizada.

6.4. 462/2014 - Atividade de Projeto MDL da Pequena Central Hidrelétrica Ilha Comprida - Recebido em 20/01/2014.

A Comissão discutiu a pendência judicial ante o fato do rio da Bacia do Rio Juruema envolver o complexo de PCHs e ter havido, por parte do Ministério Público Federal requerimento, na Justiça, de suspensão das licenças respectivas, bem como questionou sobre eventuais riscos sobre áreas indígenas. A CIMGC deliberou por consenso que a atividade de projeto denominada “Pequena Central Hidrelétrica Ilha Comprida”, fosse **colocada em revisão** para proceder as seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- 1.1. Em relação ao Relatório de Validação e *Validation Report* Revisão nº 0 de 05/12/2013:
 - 1.1.1 Está em desacordo com o inciso III do artigo 3 da Resolução nº 1 da CIMGC, uma vez que não foi finalizado. Segundo a página 14 do *Validation Report* e 16 do Relatório de Validação é mencionado no item aprovação final “Após uma revisão técnica com sucesso do relatório final como um todo (em especial procedimento), uma análise da validação completa será realizada por um assessor sênior localizado nas instalações acreditadas da TÜV NORD. Apenas após esta etapa, a solicitação de registro pode ter início (no caso de uma opinião positiva de validação). Enviar os documentos na versão

que serão entregues ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

- 1.1.2 Embora faça a referência à versão do PDD e DCP correto (versão 10) na página 16 do *Validation Report* e 18 do Relatório de Validação), não é mencionada a data de finalização desta versão. Corrigir.
 - 1.1.3 Deve ser incluída na opinião de validação a versão do PDD/ DCP avaliado e a data de finalização.
 - 1.1.4 A tabela de conteúdo nas páginas 5 e 6 do Relatório de validação devem incluir todos os itens citados no *Validation Report*.
 - 1.1.5 De acordo com o item FAR D2 da página 117 do *Validation Report* e 120 do Relatório de Validação, os participantes do projeto se comprometem a submeter à licença de operação do projeto à EOD na primeira verificação para garantir que o projeto de fato cumpre com todos os requerimentos ambientais da legislação brasileira. A licença de operação da PCH Ilha Comprida foi emitida em 02/07/2013. É necessária a atualização do item.
- 1.2. Em relação ao DCP e PDD:
- 1.2.1 Em todo o texto do DCP o nome da metodologia ACM002 está errado, uma vez que o nome da nova versão (14.0) foi alterado para "Grid-connected electricity generation from renewable sources", ou seja, "Geração de eletricidade conectada à rede a partir de fontes renováveis". Corrigir.
 - 1.2.2 Na Etapa 1 da demonstração de adicionalidade, página 16 do DCP e 15 do PDD, sub-etapa 1a (definição de alternativas para a atividade de projeto), não foi esclarecido a não escolha da alternativa referente a cenários alternativos realísticos e confiáveis para o cenário da atividade de projeto de MDL que oferece serviços ou produtos com qualidade comparável, propriedades e áreas de aplicação. Esclarecer a não escolha da alternativa referente a cenários alternativos realísticos e confiáveis para o cenário da atividade de projeto de MDL que oferece serviços ou produtos com qualidade comparável, propriedades e áreas de aplicação.
 - 1.2.3 Na etapa 2 da demonstração de adicionalidade (Análise financeira), para o benchmark foi considerada uma média de 5 anos inteiros, porém os dados considerados foram no período de janeiro 2005 a dezembro 2010, o que equivale a 6 anos inteiros. Deste modo, torna-se necessária uma nova análise financeira ou esclarecimento.
 - 1.2.4 Há vários links de internet que não podem ser acessados, como, por exemplo, nas páginas 20, 24 e 25 do DCP e PDD. Corrigir os links que não permitem acesso em toda a extensão de ambos os documentos.
 - 1.2.5 Na página 36 do DCP, a tradução de EFgrid, OM,y = Fator de emissão da margem de construção CO2 no ano y (tCO2/MWh) está incorreta. Corrigir.

- 1.2.6 O sumário da estimativa ex-ante das reduções de emissão está errado (B.6.4, pág. 41 do DCP e PDD). Os cálculos mostrados na tabela não conferem, além dos dados não estarem no local correto da tabela.
- 1.2.7 O item D.2 da página 54 do DCP e 52 do PDD que trata das licenças ambientais não lista a Licença de Operação, a qual foi apresentada para esta AND pelos documentos enviados. Assim, faz-se necessário corrigir o DCP e PDD com as informações do documento em questão.
- 1.3 Em relação ao Anexo III:
 - 1.3.1. Segundo o item sustentabilidade ambiental local do Anexo III, este item deve ser reformulado de modo a avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, entre outros) propiciada pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência.
 - 1.3.2. Detalhar quantos trabalhadores serão necessários para cada etapa de implantação, operação e manutenção da PCH, a fim de demonstrar realmente se tal atividade contribuirá para a distribuição de renda de maneira contínua, requisito básico para o desenvolvimento sustentável, ou se será apenas de maneira pontual e temporária.
 - 1.3.3. Segundo o Processo n.º 0038117-41.2013.4.01.0000/MT do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com data de decisão de 18/10/2013, há um agravo de instrumento e o desembargador federal Souza Prudente determinou que o Estado de Mato Grosso suspendesse o licenciamento ambiental das obras da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ilha Comprida, suspendendo também os efeitos da Licença Prévia e Licença de Instalação desta PCH já emitidas. Considerando a necessidade de segurança sob os aspectos do desenvolvimento sustentável, pede-se esclarecimento sobre a interferência que este processo pode ter em relação ao projeto proposto. Pede-se informação sobre eventuais outros processos judiciais, administrativos ou investigatórios (ex: inquéritos civis junto ao Ministério Público).
- 1.4 Não foram apresentados avisos de recebimento (ARs) para o Ministério Público Federal e para a Associação Comercial e Industrial de Campos de Júlio, sendo necessária sua apresentação. Caso não seja possível apresentar a documentação citada, haverá a necessidade de realização de reunião pública presencial com todos os atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto ou programas de atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme a Resolução CIMGC n° 10 de 22 de maio de 2013. É sugerido que outros atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto sejam convidados, como os povos indígenas de Terras Indígenas à jusante do empreendimento.
- 1.5 Encaminhar o contrato social da Ilha Comprida Energia S.A. para demonstração de como ela é representada.
- 1.6 Encaminhar declaração da EOD atualizada.

1.7. As licenças ambientais da atividade de Projeto estão suspensas pelo Processo n.º 0038117-41.2013.4.01.0000/MT do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O artigo 3 da Resolução n.º 1 da CIMGC (alterado pelo artigo 1 da Resolução n.º 11 da CIMGC) estabelece que o proponente do projeto deve apresentar uma licença ambiental válida para sua aprovação no âmbito do MDL. Deste modo, a atividade de projeto não poderá ser aprovada até que haja a regularização em relação ao licenciamento ambiental, ou seja, uma licença ambiental válida.

7. Novo projeto recebido pela Secretaria Executiva da CIMGC

O Secretário Executivo deu informações sobre o projeto recebido para efeito de análise na próxima reunião:

463/2014 – Atividade de Projeto MDL da Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Müller de Godoy Pereira – Recebido em 13/03/2014

8. Outros assuntos

O representante do MME solicitou que a CIMGC revisse questões relacionadas à forma do Relatório de Validação. Levantou que o mandato da EOD quanto à análise da adicionalidade e metodologia lhes dava validade, servindo a assinatura da EOD como garantia de que estavam corretas. Nesse âmbito, ponderou como reflexão que a análise, pela CIMGC, do Relatório de Validação, nessas matérias, fosse feita com bom-senso. O Secretário Executivo manifestou diferenças de entendimento dentro da Secretaria Executiva a respeito de ser o caso, ou não, da CIMGC analisar a fundo o Relatório de Validação. Lembrou situações de má qualidade de Relatórios de Validação e falou do círculo vicioso que a análise por parte da CIMGC acaba gerando quando corrige os Relatórios de Validação e evita que o proponente venha a exigir melhoria da EOD. Sugeriu que o tema da postura da CIMGC perante essa situação fosse retomado em ponto de pauta na próxima reunião, pedindo que, na ocasião, os membros trouxessem sugestões de encaminhamento a respeito do procedimento que deve ser seguido pela CIMGC ao revisar os Relatórios de Validação. Declarou encerrada a reunião às 16h45min.